

PREGÃO ELETRÔNICO

90023/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)
(160411)

OBJETO

Eventual aquisição de material de escritório, toners e informática para o Setor de Almoxarifado, visando atender as necessidades do 7º Batalhão de Infantaria Blindado.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 447.964,35

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 22/06/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

MINISTÉRIO DA DEFESA.....	3
1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	7
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	7
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	12
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	14
8. DA FASE DE JULGAMENTO.....	23
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	28
10. DO TERMO DE CONTRATO.....	32
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	33
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	34
13. DOS RECURSOS.....	36
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	37
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	41
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	42



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADO
REGIMENTO GOMES CARNEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90023/2026
(Processo Administrativo nº 64072.002674/2026-25)

Torna-se público que o 7º Batalhão de Infantaria Blindado, por meio do setor de aquisições, licitações e contratos, sediado na Rua Marechal Floriano, nº 1840, Bonfim, Santa Cruz do Sul – RS, CEP 96830-012, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é eventual aquisição de material de escritório, toners e informática para o Setor de Almoxarifado, para atender as necessidades do 7º Batalhão de Infantaria Blindado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja

cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11 pessoas físicas.

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de

margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário do item;

6.1.2 marca;

6.1.3 fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,1 centavo (um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1 empresas brasileiras;

7.24.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicafe;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1 conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço

global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.12.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por e-mail: salc@7bib.eb.mil.br.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até NO MÍNIMO, DUAS HORAS, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8. *Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.*

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual

referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico Portal Nacional de Compras Públicas – PNPC.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15

(quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por e-mail: salc@7bib.eb.mil.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2 Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.3 Anexo III – Minuta Proposta de Preços;

Santa Cruz do Sul – RS, 08 de junho de 2026.

JOSÉ REINALDO SANTOS JUNIOR – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 7º Batalhão de Infantaria Blindado

7 BATALHAO DE INFANTARIA BLINDADO/RS

Estudo Técnico Preliminar 5/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64072.002674/2026-25

2. Descrição da necessidade

2.1. Ao analisarmos os Documentos de Formalização de Demandas (DFD 11/2025, DFD 30/2025 e DFD 31/2025) é possível entender que a solicitação de material de consumo para o 7º Batalhão de Infantaria Blindado (7º BIB) visa apoiar uma série de atividades tanto internas quanto externas, considerando as especificidades operacionais e organizacionais da unidade.

2.2. Com cerca de 800 militares, divididos em diferentes seções, repartições, Companhias de Fuzileiros e no Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), há uma necessidade constante de materiais de consumo para atender às demandas funcionais. Esses materiais de consumo são essenciais para otimizar a execução de tarefas em todas as áreas de atuação do Batalhão. Algumas dessas atividades incluem:

2.2.1. Atividades Administrativas:

- 2.2.1.1. Elaboração de relatórios e documentos
- 2.2.1.2. Planejamento e organização de eventos
- 2.2.1.3. Treinamento e capacitação de pessoal
- 2.2.1.4. Gestão de recursos e suprimentos

2.2.2. Atividades Operacionais:

- 2.2.2.1. Patrulhas e missões de segurança
- 2.2.2.2. Treinamentos de tiro e combate
- 2.2.2.3. Manutenção de equipamentos e veículos
- 2.2.2.4. Comunicação e coordenação entre unidades

2.2.3. Atividades de Instrução:

- 2.2.3.1. Ensino de táticas e estratégias militares
- 2.2.3.2. Treinamento de sobrevivência e primeiros socorros
- 2.2.3.3. Instrução de armas e equipamentos
- 2.2.3.4. Desenvolvimento de habilidades de liderança

2.2.4. Atividades de Manutenção:

- 2.2.4.1. Manutenção de equipamentos de comunicação
- 2.2.4.2. Reparo de veículos e equipamentos
- 2.2.4.3. Manutenção de instalações e infraestrutura
- 2.2.4.4. Gestão de estoque e suprimentos

2.2.5. Outras Atividades:

- 2.2.5.1. Cerimônias e eventos militares
- 2.2.5.2. Atividades esportivas e de lazer
- 2.2.5.3. Ações cívico-sociais
- 2.2.5.4. Visitas e inspeções

2.2.6. Essas atividades podem utilizar os materiais de consumo listados, como:

- 2.2.6.1. Materiais de escritório
- 2.2.6.2. Ferramentas e equipamentos de manutenção

- 2.2.6.3. Equipamentos de comunicação e informática
- 2.2.6.4. Material de instrução e treinamento
- 2.2.6.5. Equipamentos de segurança e proteção

2.3. O material de consumo tem como objetivo principal proporcionar apoio logístico e facilitar a eficiência nas diversas atividades rotineiras e operacionais da Organização Militar (OM), incluindo:

- 2.3.1. Atividades administrativas
- 2.3.2. Operações de combate e patrulha
- 2.3.3. Treinamento e instrução
- 2.3.4. Manutenção e reparo de equipamentos
- 2.3.5. Atividades cívico-sociais e de relacionamento público

2.4. O material de consumo é essencial para:

- 2.4.1. Garantir a eficiência operacional
- 2.4.2. Apoiar a tomada de decisões
- 2.4.3. Facilitar a comunicação e coordenação
- 2.4.4. Promover a segurança e proteção dos militares
- 2.4.5. Melhorar a qualidade de vida dos militares

2.5. Além disso, o material de consumo também contribui para:

- 2.5.1. Reduzir custos operacionais
- 2.5.2. Aumentar a produtividade
- 2.5.3. Melhorar a capacidade de resposta
- 2.5.4. Fortalecer a capacidade de defesa
- 2.5.5. Apoiar o desenvolvimento de habilidades e capacitações

2.6. Em resumo, o material de consumo é fundamental para o funcionamento eficaz e eficiente da OM, permitindo que os militares realizem suas missões com sucesso.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Material	ELDEMAR LUCCAS - S Ten

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente contratação, por se tratar de materiais que virão em embalagens plásticas as quais serão devidamente descartadas para reciclagem, seguindo a diretriz para ações voltadas ao meio ambiente no âmbito do Exército Brasileiro, conforme Portaria Nº 737, de 28 de julho de 2020.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas ao sistema de Painel de Preços do Portal de Compras do Governo Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

5.2. Para a aquisição do objeto, tanto as empresas do setor privado quanto as do setor público, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais e normativas. Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.

5.3. A contratação pretendida alinha-se à política que o Governo Federal vem implantando na reestruturação da máquina administrativa através de estratégias de racionalidade, buscando atingir padrões de excelência em qualidade e produtividade, focando sua ação nas áreas fins e reduzindo a demanda por serviços de apoio ao estritamente necessário.

5.4. Tabela de possíveis fornecedores na região:

--	--	--	--

Objeto a ser adquirido	Possível Fornecedor 1	Possível Fornecedor 2	Possível Fornecedor 3
Material de consumo	Compumax: 87.942.739/0001-60	IDB Informática: 92.074.639/0001-20	Bazar e Papelaria Graffite Ltda: 94.906.989/0001-40

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Prazo de Entrega

6.1.1. A empresa contratada deverá entregar o material no Setor de Material da Organização Militar (OM), em até 30 dias após o recebimento da nota de empenho, que será enviada por e-mail. Isso estabelece um prazo claro para que a empresa forneça o material solicitado, garantindo que as demandas do Batalhão sejam atendidas dentro de um período razoável.

6.2. Período de Execução

6.2.1. A execução do fornecimento do material ocorrerá durante toda a vigência do pregão, de acordo com a demanda. Isso significa que a empresa deverá estar preparada para fornecer o material somente quando solicitado, ou seja, o fornecimento será feito de maneira intermitente, conforme a necessidade da OM. O cumprimento das atividades deve respeitar o prazo necessário para que o Batalhão possa realizar suas operações sem atrasos, sendo essencial que o atendimento seja ágil e eficiente.

6.3. Local de Entrega

6.3.1. O local de entrega do material será no próprio 7º Batalhão de Infantaria Blindado, localizado em Santa Cruz do Sul – RS. Isso facilita a logística da entrega, garantindo que o material seja recebido diretamente pela OM, permitindo uma conferência rápida e a distribuição adequada dos materiais às diversas seções do Batalhão.

6.3.2. Esses pontos definem claramente o processo de entrega de material, assegurando que o Batalhão terá o apoio necessário para suas atividades dentro dos prazos e condições estabelecidos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Para a estimativa das quantidades a serem contratadas conforme os DFD, as quantidades são definidas com base nas necessidades específicas do 7º Batalhão de Infantaria Blindado, levando em consideração o número de militares, as diversas atividades internas e externas, e a demanda esperada durante a vigência do contrato.

7.2. Essas estimativas são fundamentais para que a empresa contratada possa planejar a produção e o fornecimento adequado dos materiais.

7.3. Essas estimativas são especificadas nos DFD e são baseadas nas atividades programadas para o período de vigência, além das demandas sazonais, como campanhas ou eventos especiais. A previsão das quantidades permite que o processo de licitação contemple uma margem de segurança para suprir todas as necessidades do Batalhão, evitando falta de material em momentos cruciais.

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. O documento indica que o valor estimado será definido com base no Relatório da Pesquisa de Preços que será elaborado pelo 7º Batalhão de Infantaria Blindado. Esse relatório tem a função de garantir que os valores orçados para a contratação de materiais estejam alinhados com os preços praticados no mercado, respeitando os princípios de economicidade e eficiência exigidos nas contratações públicas.

8.2. O Relatório da Pesquisa de Preços é um instrumento fundamental para:

8.2.1. Definir parâmetros de custo: A pesquisa de preços estabelece uma faixa de valores que permite à organização militar planejar o orçamento necessário para a aquisição dos materiais.

8.2.2. Garantir a competitividade do pregão: O valor estimado deve assegurar que a contratação siga um processo competitivo, onde diferentes fornecedores possam apresentar propostas, promovendo a concorrência justa.

8.2.3. Evitar superfaturamento: Com base em cotações de diferentes fornecedores, o relatório previne que os valores contratados estejam acima dos praticados no mercado, evitando gastos desnecessários.

8.3. A estimativa do valor com base no Relatório da Pesquisa de Preços será crucial para que o DFD tenham uma previsão realista de custo, permitindo a execução dentro dos limites orçamentários estabelecidos pela OM.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A aquisição por itens, conforme mencionado, é uma estratégia que busca garantir maior competitividade e transparência no processo licitatório. Nesse formato, os licitantes poderão participar da concorrência apenas para os itens que tiverem interesse ou capacidade de fornecer, sem a obrigatoriedade de atender ao conjunto total de materiais solicitados.

9.2. Benefícios da Aquisição por Itens:

9.2.1. Ampla Participação de Licitantes:

9.2.1.1. Fornecedores especializados em determinados tipos de materiais podem participar da licitação apenas para os itens que correspondem ao seu portfólio. Isso amplia a participação de empresas, inclusive de pequeno e médio porte, promovendo maior competitividade e oportunidades de mercado.

9.2.2. Preservação da Competitividade:

9.2.2.1. Ao permitir que diferentes fornecedores concorram em segmentos específicos, a licitação evita a concentração de poder de mercado em um único fornecedor, o que pode garantir melhores preços para cada item.

9.2.3. Maior Eficiência na Contratação:

9.2.3.1. Como a aquisição é feita por itens, há maior flexibilidade para o Batalhão escolher os fornecedores que ofereçam a melhor relação custo-benefício para cada tipo de material, sem comprometer a qualidade ou os prazos de entrega.

9.2.4. Evita Perda de Economia de Escala:

9.2.4.1. Embora a compra seja segmentada por itens, a estrutura do processo licitatório ainda considera a possibilidade de obtenção de preços competitivos, mantendo a eficiência econômica, especialmente pela inclusão de itens específicos que demandam maior especialização ou produção em menores quantidades.

9.2.5. Garantia de Solução Completa:

9.2.5.1. Mesmo sendo por itens, o processo não compromete a aquisição do material como um todo. Cada item atende a uma demanda específica do 7º Batalhão de Infantaria Blindado, de forma que, ao final, todos os materiais necessários poderão ser obtidos para suportar as diversas atividades internas e externas do Batalhão.

9.3. Essa estratégia visa, portanto, maximizar a participação de fornecedores, estimular a competitividade e, ao mesmo tempo, garantir que o Batalhão obtenha os materiais necessários de forma eficiente e econômica, sem comprometer a qualidade ou os prazos do processo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. No contexto dos DFD, foi determinado que não há contratações correlatas ou interdependentes. Isso significa que a aquisição de material é autônoma e não depende de outros processos de contratação para sua plena execução.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A aquisição deste material, está plenamente alinhada ao Plano de Gestão da Unidade. Isso significa que a contratação foi planejada e considerada estratégica para o cumprimento das metas e atividades previstas para o 7º Batalhão de Infantaria Blindado.

11.2. Importância desse Alinhamento:

11.2.1. Suporte às Atividades Institucionais:

11.2.1.1. O Plano de Gestão da Unidade define os objetivos e metas operacionais, administrativas e institucionais do Batalhão. A aquisição deste material está diretamente ligada a essas metas, proporcionando os recursos necessários para alcançá-las

11.2.2. Apoio à Eficiência e Eficácia das Operações:

11.2.2.1. O planejamento estratégico da unidade prevê a necessidade de materiais de consumo para diversas atividades, como divulgação de ordens, treinamento e suporte visual para operações. Assim, a contratação garante que as atividades sejam realizadas de maneira eficiente, com os materiais necessários disponíveis em tempo hábil.

11.2.3. Planejamento Orçamentário:

11.2.3.1. A aquisição está integrada ao orçamento previsto no Plano de Gestão, assegurando que os recursos financeiros sejam usados de forma racional e eficaz, sem comprometer outras áreas da gestão da unidade.

11.2.4. Foco na Missão e Visão da Unidade:

11.2.4.1. O material apoia a execução de atividades que promovem a missão e a visão do 7º BIB, como o fortalecimento das capacidades operacionais do batalhão, a melhoria do preparo técnico e tático das tropas e o desenvolvimento das habilidades individuais e coletivas dos militares. Isso inclui o uso de equipamentos, veículos, armamentos e tecnologias que permitem o cumprimento das missões de defesa territorial, operações de garantia da lei e da ordem, e outras atividades de apoio à sociedade e aos interesses nacionais.

11.3. A presente contratação é um componente essencial para a execução das atividades previstas no Plano de Gestão da Unidade, assegurando que o 7º Batalhão de Infantaria Blindado tenha os recursos necessários para cumprir suas missões e metas estabelecidas para o período.

12. Resultados Pretendidos

12.1. A aquisição deste material visa alcançar os seguintes benefícios:

12.2. Benefícios Diretos:

12.2.1. Melhor Atendimento das Necessidades das Diversas Repartições do Batalhão:

12.2.1.1. Com a aquisição de materiais de consumo adequados e dentro do prazo, todas as repartições e seções do 7º Batalhão de Infantaria Blindado terão os recursos necessários para realizar suas atividades com maior eficiência. Isso inclui o suporte a atividades operacionais, administrativas e institucionais, permitindo uma comunicação clara e estruturada em treinamentos, eventos e rotinas diárias.

12.2.2. Menor Custo dos Produtos Devido à Modalidade de Pregão:

12.2.2.1. A escolha da modalidade pregão garante uma maior competitividade entre os fornecedores, resultando em uma redução de custos. Esse processo permite obter os materiais necessários a preços mais acessíveis, mantendo a qualidade exigida. O pregão eletrônico, em particular, amplia a participação de empresas, promovendo maior economia e transparência no processo de aquisição.

12.3. Benefício Indireto:

12.3.1. Contribuição para o bem-estar dos Usuários do Batalhão:

12.3.1.1. A melhoria na disponibilidade de materiais de consumo de qualidade contribui para a organização e execução mais eficiente das atividades diárias do Batalhão, impactando positivamente o ambiente de trabalho. Ao proporcionar materiais adequados e em tempo, o bem-estar dos militares e usuários do Batalhão é beneficiado, facilitando o desempenho das funções e promovendo um ambiente mais produtivo e colaborativo.

12.4. Os resultados pretendidos com a aquisição vão além do fornecimento do material a preços competitivos. A melhoria no atendimento das necessidades do Batalhão e o impacto indireto no bem-estar dos usuários são fatores essenciais para garantir que o 7º BIB continue a operar com alta eficiência e organização.

13. Providências a serem Adotadas

Não será necessária nenhuma adequação do ambiente e foram escalados os Gestores e Fiscais de Contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A abordagem apresentada para os possíveis impactos ambientais considera duas ações importantes:

14.1.1. Reciclagem de Embalagens Plásticas: O compromisso com o descarte adequado das embalagens plásticas dos materiais, em conformidade com a Portaria Nº 737 do Exército Brasileiro, demonstra preocupação com a gestão de resíduos e com a redução do impacto ambiental. A recomendação de seguir práticas de reciclagem é um passo positivo para minimizar a poluição plástica.

14.1.2. Recomendações aos Usuários para Redução do Impacto Químico: As orientações para evitar a combinação de substâncias que possam resultar em reações químicas prejudiciais são uma medida preventiva relevante. Isso não apenas ajuda a reduzir a toxicidade potencial no ambiente.

14.2. Para fortalecer ainda mais as ações de mitigação de impacto ambiental, poderiam ser consideradas algumas sugestões adicionais:

14.2.1. Redução de Embalagens e Uso de Materiais Biodegradáveis: Avaliar a possibilidade de minimizar o uso de embalagens plásticas e optar por alternativas biodegradáveis ou compostáveis, caso disponíveis.

14.2.3. Capacitação dos Usuários em Práticas Sustentáveis: Realizar treinamentos periódicos sobre o uso eficiente dos materiais e sobre a importância de práticas sustentáveis no dia a dia, reforçando o compromisso do Batalhão com a preservação ambiental.

14.3. Essas ações complementariam as medidas propostas e contribuiriam para um impacto ambiental ainda mais positivo no contexto das operações do Batalhão.

15. Gestores e Fiscais de Contrato

Gestor e Fiscal de Contrato Titular: **JOÃO CARLOS SANTOS** - 2ºSgt

Gestor e Fiscal de Contrato Substituto: **DEIVISSON DOS SANTOS SOUZA** - 3ºSgt

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A justificativa para a viabilidade da contratação é baseada na constatação de que os materiais de consumo descritos atendem a uma demanda concreta e contínua do 7º Batalhão de Infantaria Blindado. O estudo técnico preliminar evidenciou que a necessidade desses materiais é recorrente, refletindo o histórico de consumo da unidade. Portanto, a aquisição é essencial para garantir o suporte adequado às atividades administrativas e operacionais do Batalhão, contribuindo para a eficiência das operações e a otimização dos processos internos. Assim, a contratação se justifica plenamente como uma medida necessária para o bom funcionamento da Organização Militar.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE REINALDO SANTOS JUNIOR

Autoridade competente

FILIPPE TASCHETTO COLETTTO

Membro da equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 09/06/2026 às 09:40:03.

MATEUS ANTUNES STROTHMANN

Membro da equipe de planejamento

7 BATALHAO DE INFANTARIA BLINDADO/RS

Termo de Referência 11/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2026	160411-7 BATALHAO DE INFANTARIA BLINDADO/RS	FILIFE TASCHETTO COLETTTO	09/06/2026 10:01 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	23/2026	64072.002674/2026-25

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64072.002674/2026-25)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material de consumo visa atender as necessidades das diversas repartições do Batalhão, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	CATMAT	Especificação material	Und	Qtd	Orçamento	Preço Total
1	433882	Cartucho toner impressora SAMSUNG, tipo cartucho: compatível, cor tinta: preta, referência cartucho 1,: MLT-D111S	Und	20	R\$ 39,69	R\$ 793,80
2	460286	Cartucho tinta impressora EPSON, tipo cartucho: compatível, cor tinta: preta, referência cartucho 2: T664120	Und	60	R\$ 11,04	R\$ 662,40
3	460299	Cartucho tinta impressora EPSON, tipo cartucho: compatível, cor tinta: cyan, referência cartucho 2: T664220	Und	30	R\$ 11,31	R\$ 339,30
		Cartucho tinta impressora EPSON, tipo cartucho: compatível, cor				

4	460283	tinta: magenta, referência cartucho 2: T664320	Und	30	R\$ 11,69	R\$ 350,70
5	460317	Cartucho tinta impressora EPSON, tipo cartucho: compatível, cor tinta: amarela, referência cartucho 2: T664420	Und	30	R\$ 11,64	R\$ 349,20
6	398475	Cartucho toner impressora HP, tipo cartucho: compatível, referência cartucho 1: CB435A, cor: preta	Und	70	R\$ 31,42	R\$ 2.199,40
7	429777	Cartucho toner impressora HP, tipo cartucho: compatível, cor: preta, referência cartucho 2: CF283A	Und	40	R\$ 31,49	R\$ 1.259,60
8	432598	Cartucho toner impressora SAMSUNG, tipo cartucho: compatível, cor tinta: preta, referência cartucho 1.: MLT-D101S	Und	80	R\$ 34,36	R\$ 2.748,80
9	407331	Cartucho toner impressora SAMSUNG, referência cartucho: MLTD104S, tipo cartucho: compatível, cor tinta: preta	Und	70	R\$ 39,87	R\$ 2.790,90
10	460254	Cartucho toner impressora SAMSUNG, tipo cartucho: compatível, cor tinta: preta, referência cartucho 1.: MLT-D105S	Und	30	R\$ 81,52	R\$ 2.445,60
11	434862	Cartucho tinta impressora BROTHER, referência cartucho: LC109BK, tipo cartucho: original, cor: preta	Und	40	R\$ 49,15	R\$ 1.966,00
12	434865	Cartucho tinta impressora BROTHER, referência cartucho: LC105Y, tipo cartucho: original, cor: amarela	Und	20	R\$ 45,00	R\$ 900,00
13	434863	Cartucho tinta impressora BROTHER, referência cartucho: LC105C, tipo cartucho: original, cor: ciano	Und	20	R\$ 45,00	R\$ 900,00

14	434864	Cartucho tinta impressora BROTHER, referência cartucho: LC105M, tipo cartucho: original, cor: magenta	Und	20	R\$ 45,00	R\$ 900,00
15	466580	Cartucho tinta impressora CANON tipo cartucho: compatível , cor tinta: amarela , referência cartucho 1: GL190Y	Und	15	R\$ 18,00	R\$ 270,00
16	466581	Cartucho tinta impressora CANON tipo cartucho: compatível , cor tinta: magenta , referência cartucho 1: GL190M	Und	15	R\$ 19,69	R\$ 295,35
17	466582	Cartucho tinta impressora CANON tipo cartucho: compatível , cor tinta: ciano , referência cartucho 1: GL190C	Und	15	R\$ 18,38	R\$ 275,70
18	466583	Cartucho tinta impressora CANON tipo cartucho: compatível, cor tinta: preta , referência cartucho 1: GL190BK	Und	30	R\$ 19,84	R\$ 595,20
19	621534	Cartucho Tinta Impressora Epson Tipo Cartucho: Original, Cor Tinta: Preta, Referência Cartucho 2: T544120	Und	60	R\$ 22,81	R\$ 1.368,60
20	621533	Cartucho Tinta Impressora Epson Tipo Cartucho: Original, Cor Tinta: Ciano, Referência Cartucho 2: T544220	Und	30	R\$ 24,70	R\$ 741,00
21	621531	Cartucho Tinta Impressora Epson Tipo Cartucho: Original, Cor Tinta: Magenta, Referência Cartucho 2: T544320	Und	30	R\$ 25,28	R\$ 758,40
22	621548	Cartucho Tinta Impressora Epson Tipo Cartucho: Original, Cor Tinta: Amarela, Referência Cartucho 2: T544 – T544420	Und	30	R\$ 25,62	R\$ 768,60
23	442450	Cartucho tinta impressora HP tipo cartucho: original, cor tinta: preta, referência cartucho 5: 62XL	Und	15	R\$ 464,03	R\$ 6.960,45

24	444105	Cartucho tinta impressora HP tipo cartucho: original, cor tinta: tricolor, referência cartucho 5: 62XL	Und	15	R\$ 495,98	R\$ 7.439,70
25	438372	Cartucho Toner Impressora Hp Tipo Cartucho: Original, Cor: Preta, Referência Cartucho 2: Cf226a	und	5	R\$ 171,66	R\$ 858,30
26	439603	Cartucho Toner Impressora Hp Tipo Cartucho: Original, Cor: Preta, Referência Cartucho 2: Ce285a, para HP Laserjet M1212, M1214, M1217, M1102, M1132	Und	5	R\$ 181,99	R\$ 909,95
27	472697	Refil Tinta, Material: Tinta, Cor: Magenta, Capacidade: 70 ML, Aplicação: Impressora Canon, G4111	Und	20	R\$ 35,91	R\$ 718,20
28	472699	Refil Tinta, Material: Tinta, Cor: Preta, Capacidade: 135 ML, Aplicação: Impressora Canon, G4111	Und	30	R\$ 46,48	R\$ 1.394,40
29	472698	Refil Tinta, Material: Tinta, Cor: Cyan, Capacidade: 70 ML, Aplicação: Impressora Canon, G4111	Und	20	R\$ 35,88	R\$ 717,60
30	472696	Refil Tinta, Material: Tinta, Cor: Amarela, Capacidade: 70 ML, Aplicação: Impressora Canon, G4111	Und	20	R\$ 35,04	R\$ 700,80
31	476383	Tinta Impressora Cor: Preta, Aplicação: Impressora Hp Jato De Tinta Smart Tank 514, Carga: Tubo, Características Adicionais: Gt 53 1vv22al, 90 ml	Und	15	R\$ 81,50	R\$ 1.222,50
32	472927	Tinta Impressora Cor: Magenta, Aplicação: Hp Inktank Wireless 416, Carga: Refil, Características Adicionais: Capacidade 70 ML	Und	10	R\$ 81,14	R\$ 811,40
		Tinta Impressora Cor: Amarela, Aplicação: Hp Inktank Wireless				

33	472925	416, Carga: Refil, Características Adicionais: Capacidade 70 ML	Und	10	R\$ 82,37	R\$ 823,70
34	472926	Tinta Impressora Cor: Ciano, Aplicação: Hp Ink tank Wireless 416, Carga: Refil, Características Adicionais: Capacidade 70 ML	Und	10	R\$ 80,66	R\$ 806,60
35	316632	Alfinete mapa, material: aço, material cabeça: plástico, formato cabeça: redondo, cor: variada	Caixa 50 Und	220	R\$ 4,68	R\$ 1.029,60
36	232729	Apagador quadro branco, material base: feltro, material corpo: plástico, comprimento: 15 cm, largura: 6 cm, altura: 5 cm	Und	10	R\$ 5,30	R\$ 53,00
37	468205	Apontador lápis, material: metal, tipo: escolar, tamanho: pequeno, quantidade furos: 1	Und	25	R\$ 2,94	R\$ 73,50
38	289400	Bloco recado material: celulose vegetal, cor: variada, largura: 77 mm, comprimento: 100 mm, tipo: removível, características adicionais: auto-adesivo, post it, quantidade folhas: 100 u	Pacote 4 Und	100	R\$ 7,26	R\$ 726,00
39	467376	Borracha apagadora escrita, material: latex, comprimento: 25 mm, largura: 35 mm, altura: 8 mm, cor: branca	Und	100	R\$ 1,65	R\$ 165,00
40	468082	Caixa arquivo, material: plástico corrugado, dimensão (c x l x a): 36,0 x 13,5 x 25,0 cm, cor: colorido, impressão: padrão, características adicionais: com trava	Und	130	R\$ 8,90	R\$ 1.157,00
41	336564	Caixa correspondência, material: acrílico, cor: fumê, tipo: tripla, comprimento: 370 mm, largura: 260 mm, altura: 50 mm, características adicionais: articulação em acrílico	Und	20	R\$ 45,03	R\$ 900,60
		Caneta esferográfica material: termoplástico, quantidade cargas:				

42	615588	1 un, material ponta: latão com esfera de tungstênio , tipo escrita: fina , cor tinta: azul , características adicionais: corpo sextavado com respiro, tampa removível venti	Und	850	R\$ 1,85	R\$ 1.572,50
43	432816	Caneta esferográfica material: acrílico transparente , quantidade cargas: 1 un, material ponta: esfera de tungstênio , tipo escrita: fina , cor tinta: preta, características adicionais: corpo sextavado e tampa ventidada	Und	400	R\$ 1,82	R\$ 728,00
44	317867	Caneta esferográfica, material: poliestireno, quantidade cargas: 1 un, material ponta: aço inoxidável com esfera de tungstênio, tipo escrita: fina, cor tinta: vermelha, características adicionais: corpo sextavado	Und	150	R\$ 1,30	R\$ 195,00
45	339197	Caneta marca-texto, material: plástico, tipo ponta: chanfrada, cor: fluorescente amarela, características adicionais: traço 4 mm	Und	250	R\$ 2,26	R\$ 565,00
46	400545	Contra capa encadernação, material: pvc - cloreto de polivinila, tipo: a4, cor: preta, formato: 210 x 297 mm, transmitância: fosco, características adicionais: sem furo	Pacote 50 Und	5	R\$ 16,76	R\$ 83,80
47	400546	Capa encadernação, material: pvc - cloreto de polivinila, tipo: a4, formato: 210 x 297 mm, transmitância: transparente, características adicionais: sem furo	Pacote 50 Und	5	R\$ 23,04	R\$ 115,20
48	434452	Carimbo, material corpo: acrílico, material base: resina, comprimento: 56 mm, largura: 33 mm, tipo: auto-entintado e automático, formato: retangular, características adicionais: retrátil com mola	Und	50	R\$ 26,26	R\$ 1.313,00
		Carimbo, material corpo: acrílico, material base: resina,				

49	434453	comprimento: 75 mm, largura: 38 mm, tipo: auto-entintado e automático, formato: retangular, características adicionais: retrátil com mola	Und	20	R\$ 45,72	R\$ 914,40
50	448156	Chancelador marca d'água, material: metal, altura: 18 cm, comprimento: 20 cm, largura: 8 cm, chancela: selo nacional, características adicionais: com alavanca de pressão, aplicação: documentos oficiais, diâmetro: 5 cm	Und	3	R\$ 364,00	R\$ 1.092,00
51	452551	Chancelador marca d'água, material: metal, chancela: selo nacional, características adicionais: com alavanca de pressão, aplicação: documentos oficiais, diâmetro: 4 cm	Und	3	R\$ 364,00	R\$ 1.092,00
52	463460	Clipe, tratamento superficial: galvanizado, aplicação: fixar papéis e similares, tamanho: 2,0, material: arame de aço, formato: paralelo	Caixa 100 Und	50	R\$ 3,12	R\$ 156,00
53	292031	Clipe, tratamento superficial: niquelado, tamanho: 4, material: aço inox, formato: paralelo	Caixa 100 Und	50	R\$ 3,14	R\$ 157,00
54	298737	Clipe, tratamento superficial: niquelado, tamanho: 6, material: aço inox	Caixa 50 Und	75	R\$ 3,52	R\$ 264,00
55	435043	Cola, composição: plástico reciclado, cor: branca, características adicionais: atóxica, tipo: bastão	Tubo 20g	50	R\$ 4,00	R\$ 200,00
56	382072	Cola, composição: polivinil acetato - pva, cor: branca, aplicação: escolar, características adicionais: lavável, não tóxica, validade mínima 18 meses, tipo: líquido	Tubo 40g	70	R\$ 5,05	R\$ 353,50
		Cola, Composição: Acetato De Polivinila, Cor: Branca, Aplicação: Papel, Madeira, Tecido, Couro,				

57	386956	Características Adicionais: Bico Aplicador, Tampa Fixa, Atóxica, Lavável, Tipo: Líquido	Frasco 1L	20	R\$ 18,34	R\$ 366,80
58	384510	Colchete fixação, material: aço, tratamento superficial: cromado, tamanho: nº 12	Caixa 72 Und	20	R\$ 13,80	R\$ 276,00
59	237763	Envelope para convite, material: papel chambril, gramatura: 120 g, m2, comprimento: 230 mm, altura: 160 mm, cor: branca	Und	200	R\$ 1,73	R\$ 346,00
60	464624	Envelope, material: kraft, modelo: saco padrão, tamanho (c x l): 340 x 240 mm, cor: parda, gramatura: 80 g,m2	Und	500	R\$ 1,67	R\$ 835,00
61	242303	Espiral encadernação, material: plástico, diâmetro: 17 mm, comprimento: 350 mm, cor: preta	Und	200	R\$ 2,45	R\$ 490,00
62	242304	Espiral encadernação, material: plástico, diâmetro: 29 mm, comprimento: 350 mm, cor: preta	Und	200	R\$ 2,45	R\$ 490,00
63	432003	Estilete, tipo: estreito, espessura: 10 mm, material corpo: plástico, comprimento: 120 mm	Und	65	R\$ 3,64	R\$ 236,60
64	622133	Estilete, Tipo: Com Trava, Espessura: 18 MM, Material Corpo: Polipropileno, Características Adicionais: Lâmina De Aço Carbono	Und	100	R\$ 5,08	R\$ 508,00
65	429829	Extrator grampo, material: aço galvanizado, tipo: espátula, comprimento: 150 mm, largura: 15 mm	Und	30	R\$ 4,51	R\$ 135,30
66	468998	Feltro, material: feltro, comprimento: 1 m, largura: 1,40 m, cor: variada	Und	50	R\$ 28,41	R\$ 1.420,50
67	399386	Plástico reprografia, material: plástico polaseal, comprimento: 307 mm, largura: 220 mm, espessura: 0,005 mm, aplicação: plastificação	Pct 100 Und	20	R\$ 85,38	R\$ 1.707,60

68	419259	Fita Adesiva Embalagem Material: Polipropileno , Comprimento: 50 M, Largura: 50 MM, Aplicação: Empacotamento Em Geral , Características Adicionais: Transparente	rolo 50m	200	R\$ 5,57	R\$ 1.114,00
69	391988	Fita adesiva, material: crepe, tipo: monoface, largura: 48 mm, comprimento: 50 m, cor: bege	rolo 50m	100	R\$ 12,27	R\$ 1.227,00
70	480998	Fita Adesiva Material: Espuma Acrílica , Tipo: Dupla Face , Largura: 25 MM, Comprimento: 2 M, Aplicação: Fixação De Quadros	Rolo 2m	50	R\$ 16,17	R\$ 808,50
71	449828	Fita adesiva, material: polietileno e tecido laminado de algodão, tipo: silver tape, largura: 48 mm, comprimento: 50 m, cor: cinza, aplicação: multiuso	Und	30	R\$ 50,90	R\$ 1.527,00
72	430884	Fita adesiva, material: polipropileno biorientado, tipo: monoface, largura: 12 mm, cor: amarela, características adicionais: coberto com adesivo de acrílico	Rolo 10m	70	R\$ 2,46	R\$ 172,20
73	442250	Fita adesiva, material: pvc, tipo: demarcação de solo, largura: 50 mm, comprimento: 50 m, cor: variada	Und	10	R\$ 36,04	R\$ 360,40
74	320123	Fita, material: gorgurão, largura: 20 mm, cor: amarelo e verde, características adicionais: 2 cores mesma largura	Rolo 10m	15	R\$ 15,66	R\$ 234,90
75	405907	Grampeador, material: metal, tipo: mesa, capacidade: 25 fl, tamanho grampo: 26/6, características adicionais: base de borracha	Und	30	R\$ 15,86	R\$ 475,80
76	422424	Grampeador, material: metal, tipo: mesa, capacidade: até 100 fl, tamanho grampo: 23/8, 23/10, 23/13, 24/8, 24/10	Und	15	R\$ 56,24	R\$ 843,60

77	290525	Grampo grampeador, material: aço, tratamento superficial: niquelado, tamanho: 26/6	caixa com 1000un	50	R\$ 4,56	R\$ 228,00
78	609330	Grampo grampeador, material: aço carbono de alta resistência, tratamento superficial: galvanizado, tamanho: 11,3 x 8,0 mm (espessura 0,7 mm). Grampo Tipo 53 8mm.	caixa com 1000un	30	R\$ 12,20	R\$ 366,00
79	416540	Lápis preto, material corpo: madeira, diâmetro carga: 2 mm, dureza carga: hb, formato corpo: sextavado, material carga: grafite	Und	200	R\$ 1,57	R\$ 314,00
80	424373	Livro ata, material: papel alta alvura, quantidade folhas: 100 un, gramatura: 56 g,m2, comprimento: 298 mm, largura: 203 mm, características adicionais: capa dura,numerado,sem margens	Und	50	R\$ 18,03	R\$ 901,50
81	402513	Livro protocolo, quantidade folhas: 100 un, comprimento: 220 mm, largura: 155 mm, tipo capa: dura, características adicionais: impressão ofsete, duas faces, cor preta, material capa: papelão, gramatura folhas: 75 g,m2, material folhas: papel apergaminhado	Und	25	R\$ 16,09	R\$ 402,25
82	295486	Marcador retroprojeter, material corpo: plástico, material tampa: plástico, material ponta: poliéster, espessura ponta: 2 mm, cor tinta: azul, base tinta: corantes orgânicos e solventes, superfície aplicação: acetato	Und	50	R\$ 4,31	R\$ 215,50
83	301813	Marcador retroprojeter, material corpo: plástico, material tampa: plástico, material ponta: poliéster, espessura ponta: 2 mm, cor tinta: verde, base tinta: corantes orgânicos e solventes, superfície aplicação: acetato	Und	30	R\$ 4,19	R\$ 125,70
		Marcador retroprojeter, material corpo: plástico, material tampa:				

84	231890	plástico, material ponta: poliéster, espessura ponta: 2 mm, espessura escrita: variada mm, cor tinta: preta, base tinta: corantes orgânicos e solventes, superfície aplicação: acetato	Und	50	R\$ 4,22	R\$ 211,00
85	231889	Marcador retroprojeter, material corpo: plástico, material tampa: plástico, material ponta: poliéster, espessura ponta: 2 mm, espessura escrita: variada mm, cor tinta: vermelha, base tinta: corantes orgânicos e solventes, superfície aplicação: acetato	Und	25	R\$ 3,64	R\$ 91,00
86	296651	Papel auto-adesivo, material: plástico, tipo: contact, cor: incolor, gramatura: 120 g,m2, largura: 300 mm, transmitância: transparente	Rolo 10m	40	R\$ 54,85	R\$ 2.194,00
87	461819	Papel para impressão formatado, tipo: sulfite,apergaminhado,ofício, tamanho (c x l): 297 x 210 mm, gramatura: 75 g,m2, cor: branco m	embalagem de 500 FL	1000	R\$ 34,60	R\$ 34.600,00
88	461879	Papel para impressão formatado, tipo: texturizado, tamanho (c x l): 297 x 210 mm, gramatura: 180 g, m2, cor: colorido, característica adicional: textura casca de ovo	Embalagem 50 FL	30	R\$ 14,39	R\$ 431,70
89	340217	Pasta arquivo, material: papel kraft, tipo: suspensa pendular, largura: 285 mm, altura: 375 mm, gramatura: 420 g,m2, características adicionais 2: suportes metálicos, visor, prendedores metálicos	Und	500	R\$ 4,87	R\$ 2.435,00
90	298492	Pasta arquivo, material: plástico, tipo: catálogo, largura: 250 mm, altura: 330 mm, cor: preta, capacidade: 50 sacos plásticos com espessura de 0,10 mm fl, características adicionais 1: visor frontal em pvc 9 x 6 cm, tamanho ofício, ca-	Und	70	R\$ 16,72	R\$ 1.170,40
		Pasta arquivo, material: plástico, tipo: forrada com papel plastificado, largura: 280 mm,				

91	395658	altura: 350 mm, lombada: 80 mm, aplicação: arquivo de documento, características adicionais 3: presilha metálica, 2 furos, visor transparente	Und	50	R\$ 21,18	R\$ 1.059,00
92	483447	Pasta arquivo material: polipropileno transparente, tipo: com abas, largura: 232 mm, altura: 332 mm, cor: cristal, Características adicionais: com elástico, tamanho: escritório, aplicação: material de expediente e escritório	Und	120	R\$ 4,85	R\$ 582,00
93	444442	Pasta eventos, material: couro sintético, altura: 33 cm, largura: 25 cm, aplicação: seminário, eventos, cursos, quantidade bolsos: 2 un, características adicionais 1: personalizada conforme modelo	Und	30	R\$ 71,49	R\$ 2.144,70
94	202054	Percevejo, material: metal, tratamento superficial: latonado, tamanho: 10 mm	Caixa 100 Und	60	R\$ 4,38	R\$ 262,80
95	405459	Perfurador papel, material: metal, tipo: grande, tratamento superficial: pintado, capacidade perfuração: 50 fl, funcionamento: manual, características adicionais: com marginador e aparador, quantidade furos: 2 un	Und	20	R\$ 76,69	R\$ 1.533,80
96	335741	Pincel quadro branco, magnético, material: plástico, material ponta: acrílico, tipo carga: descartável, cor: azul, características adicionais: ponta boleada aproximadamente 5 mm, sistema bombea	Und	100	R\$ 2,63	R\$ 263,00
97	335740	Pincel quadro branco, magnético, material: plástico, material ponta: acrílico, tipo carga: descartável, cor: preta, características adicionais: ponta boleada aproximadamente 5 mm, sistema bombea	Und	110	R\$ 3,49	R\$ 383,90
		Pincel quadro branco, magnético, material: plástico, material ponta:				

98	335742	acrílico, tipo carga: descartável, cor: verde, características adicionais: ponta boleada aproximadamente 5 mm, sistema bombea	Und	100	R\$ 3,49	R\$ 349,00
99	335743	Pincel quadro branco , magnético, material: plástico, material ponta: acrílico, tipo carga: descartável, cor: vermelha, características adicionais: ponta boleada aproximadamente 5 mm, sistema bombea	Und	100	R\$ 3,06	R\$ 306,00
100	344043	Plástico reprografia, material: plástico polaseal, comprimento: 170 mm, largura: 110 mm, espessura: 0,07 mm, aplicação: plastificação	Rolo 60m	10	R\$ 141,03	R\$ 1.410,30
101	457912	Porta-documentos, material: pvc, altura: 210 mm, largura: 297 mm, características adicionais: porta alvará horizontal, com ilhóes para pendurar.	Und	100	R\$ 9,41	R\$ 941,00
102	450797	Porta-Documents Material: Pvc, Altura: 215MM, Largura: 163MM, Cor: Preta, Características Adicionais: Porta Alvará, Com Ilhóes Para Pendurar	Und	80	R\$ 6,61	R\$ 528,80
103	457912	Porta-documentos, material: pvc, altura: 297 mm, largura: 210 mm, características adicionais: porta alvará, com ilhóes para pendurar	Und	125	R\$ 9,41	R\$ 1.176,25
104	416658	Prancheta portátil, material: acrílico, comprimento: 305 mm, largura: 235 mm, espessura: 30 mm, cor: fumê, características adicionais: prendedor metálico, régua 20 cm, canto arredondado	Und	100	R\$ 16,37	R\$ 1.637,00
105	267601	Prendedor papel, material: metal, tipo: mola, tamanho mola: 15 mm	Caixa com 50 Und	100	R\$ 16,90	R\$ 1.690,00
106	267600	Prendedor papel, material: metal, tipo: mola, tamanho mola: 32 mm	Caixa com 50 Und	100	R\$ 28,93	R\$ 2.893,00

107	267599	Prendedor papel, material: metal, tipo: mola, tamanho mola: 51 mm	Caixa com 12 Und	50	R\$ 22,23	R\$ 1.111,50
108	257160	Quadro branco, material: fórmica, acabamento superficial moldura: alumínio, cor moldura: natural, finalidade: quadro aviso , apoio a aulas, largura: 120 cm, comprimento: 300 cm, características adicionais: magnético, tipo fixação: parede, material moldura: alumínio, material borda: alumínio	Und	5	R\$ 976,06	R\$ 4.880,30
109	271454	Quadro branco, material: laminado melamínico brilhante, acabamento superficial moldura: alumínio, cor moldura: natural, finalidade: lançamento informações, largura: 120 cm, comprimento: 90 cm, características adicionais: magnético, tipo fixação: parede	Und	15	R\$ 274,99	R\$ 4.124,85
110	350924	Régua escritório, material: metal, comprimento: 30 cm, graduação: centímetro,polegada, tipo material: rígido	Und	80	R\$ 6,77	R\$ 541,60
111	317713	Tesoura, material: aço inoxidável, material cabo: propileno, comprimento: 5 pol, características adicionais: cor preta,extra corte, uso escolar	Und	30	R\$ 6,60	R\$ 198,00
112	411718	Tinta para carimbo, cor: preta, componentes: base d'água, corante, solventes e aditivos, aspecto físico: líquido	Frasco 42 MI	20	R\$ 10,39	R\$ 207,80
113	410329	Tinta para carimbo, cor: vermelha, componentes: base d'água, aspecto físico: líquido, aplicação: automático	Frasco 42 MI	20	R\$ 9,39	R\$ 187,80
114	344045	Plástico reprografia material: plástico polaseal , comprimento: 307 mm, largura: 220 mm, espessura: 0,07 mm, aplicação: plastificação	Pacote 100 Und	16	R\$ 87,89	R\$ 1.406,24

115	609330	Grampo Grampeador Material: Metal, Tratamento Superficial: Galvanizado, Tamanho: 106/8, Uso: Grampeador	Caixa 2500 UN	20	R\$ 23,66	R\$ 473,20
116	616996	Pasta sanfonada tamanho A4 (325mm x 230mm) em polipropileno transparente de alta resistência com espessura mínima de 0,60mm, 31 divisórias internas coloridas, identificadores superiores, acabamento texturizado tipo "Line" e fechamento seguro por elástico.	Und	30	R\$ 69,53	R\$ 2.085,90
117	477894	Pasta timbradas/papel couchê brilho 300g/tamanho aberta 46,0 x 31,5cm (tamanho fechada 23,0x31,5cm/impressão a laser de alta qualidade com aplicação de verniz total externa/com bolsa interna (sem impressão na bolsa) Arte a ser enviada pela Seção de Comunicação Social do Batalhão.	Und	250	R\$ 10,78	R\$ 2.695,00
118	451817	Teclado Microcomputador Tipo: Padrão, Tipo Conector: Usb, Conectividade: Com Fio	Und	40	R\$ 56,10	R\$ 2.244,00
119	457752	Mouse Computador Tamanho: Padrão, Sensor: Laser, Tipo Conector: Usb, Conectividade: Com Fio, De 800 a 1600 DPI	Und	30	R\$ 39,82	R\$ 1.194,60
120	274837	Placa Rede Padrão: Fast Ethernet Ieee 802.2 E 802.3, Conectores: Rj-45, Velocidade Transferência: 10/100/1000MB/S, Alimentação: Da Interface, Arquitetura: Pci	Und	15	R\$ 87,00	R\$ 1.305,00
121	448629	Memória Ram Aplicação: Microcomputadores, Capacidade Memória: 4GB, Padrão: Ddr3, Frequência 1333 Mhz 240-Pin	Und	10	R\$ 91,03	R\$ 910,30
122	474217	Disco Magnético Memória: 1TB., Velocidade Transferência: 6.0GB	Und	10	R\$ 519,00	

		/S, Aplicação: Informática, Modelo: Sas, Velocidade Mínima Disco: 7.200RPM, Tipo: Rígido				R\$ 5.190,00
123	602596	Conjunto Ferramentas, Componentes: 38 Peças, Aplicação: Ferramentas Para manutenção em Computador, celulares, tablets, notebooks e equipamentos de telecomunicação. Características Adicionais: Maleta Termoplástica. Conteúdo da Embalagem: Chave Torx: T2, T3, T4, T5, T6, T7, T8, T9, T10, T15, Chave Philips: 1.2, 1.5, 2.0, Chave de Fenda: 1.5, 2.0, Chave Hexagonal: 2.5, 3, 3.5, 4, 4.5, 5, 5.5, Chave Estrela (5 Pontas): 0.8, 1.2, Chave Y: 2.0, Chave PH2, Chave Triângulo: 2.3, Chave U1: 2.6, 02 - chaves plásticas, 01 - Ventosa, 01 - Pinça, Chave Pentalobe 30mm	Und	4	R\$ 100,22	R\$ 400,88
124	427903	Memória Portátil Microcomputador Capacidade Memória: 1 TB. Interface: Usb Aplicação: Armazenamento De Dados Tipo: Hard Disk Externo	Und	15	R\$ 412,53	R\$ 6.187,95
125	464048	Switch 10/100/1000 Mbps, 8 portas, alimentação 115v, aplicação Rede Ethernet	Und	10	R\$ 152,60	R\$ 1.526,00
126	448514	Fonte Alimentação Compatibilidade: Placa Mãe Intel Core I3/I5/I7 Características Adicionais: Conector Ata/Ide, Sata, Pci -E, P4, Atx 20+4 Tensão Alimentação: Bivolt V Aplicação: Computador Acessórios: Cabo De Força Potência Nominal: 500 W	Und	30	R\$ 175,38	R\$ 5.261,40
127	360407	Testador Bateria: 9 V Aplicação: Testador De Cabos Conectores: Rj-45 Características Adicionais: C /Led'S Indicadores Local/Defeito E Conexões Inter	Und	2	R\$ 80,24	R\$ 160,48

128	363140	Alicate Para Climpar Material: Metal Características Adicionais: Conector Rj -45 Material Cabo: Plástico Tipo Corte: Reto	Und	4	R\$ 50,46	R\$ 201,84
129	415574	Peça / Acessório - Fibra Óptica Tipo: Conjunto De Conectores Ópticos Aplicação: Telecomunicação /Informática Tipo Fibra: Multimodo Conector: Lc/Upc Diâmetro Núcleo: 62,5/125 MICROM Acessórios: Ferramenta Para Montagem Do Conector Na Fibra	Und	5	R\$ 35,20	R\$ 176,00
130	615803	Suporte Monitor Articulado USB com 2 Portas 3.0, Padrão Vesa para Monitores de 17' a 30'	Und	10	R\$ 205,76	R\$ 2.057,60
131	448146	Placa Mãe Componentes: Am4, 4dimm Ddr4, 1xpcie(X16),2xpcie(X1) Aplicação: Microcomputador Tipo Portas: 2 X Usb 2.0, 4 X Usb 3.0, 1 X Ps/2,Vga Tipo Conectores: 1xcpu-Fan, 1xchassis-Fan,1x; 2(Usb 2.0) 2 (Usb 3.0) Frequência: 2400 MHZ Memória Expansão: 32 GB Padrão: Micro Atx Socket: Am4 Capacidade Memória: 32 GB	Und	15	R\$ 526,45	R\$ 7.896,75
132	448628	Memória Ram Aplicação: Microcomputadores Capacidade Memória: 4 GB Padrão: Ddr4, Frequência 2400 Mhz 240-Pin	Und	30	R\$ 302,00	R\$ 9.060,00
		Placa Mãe Componentes: Suporte Processadores Intel Core (Socket 1151) Aplicação: Cpu Up To 91w Chipset:Intel H110 Tipo Portas: 4 Portas Usb 2.0, 2 Portas Usb 3.0, 1 Porta Rj45, 1				

133	464975	Porta HDMI Tipo Conectores: 4 Conectores Sata 3 6.0gb Memória Expansão: 32 GB Características Adicionais: Audio Hd 7.1 Canais, Rede Pcie 1 Gb 10 /100/1000mb/S Slots: 1 Pci Express 3.0 X16, 2 Pci Express 2.0	Und	20	R\$ 497,24	R\$ 9.944,80
134	449232	Disco Magnético Memória: 480 GB Velocidade Transferência: 6.0 GB /S Aplicação: Informática Tamanho: 2.5 POL Modelo: Ssd Interface: Sata Iii	Und	30	R\$ 569,28	R\$ 17.078,40
135	454121	Disco Magnético Memória: 960 GB Velocidade Transferência: 6.0 GB /S Aplicação: Informática Tamanho: 2.5 POL Modelo: Ssd Características Adicionais: Compatível Com Sata Rev. 2.0 (3.0 Gb/S) Interface: Sata Iii	Und	10	R\$ 828,61	R\$ 8.286,10
136	404518	Disco Magnético Memória: 240 GB Velocidade Transferência: 6.0 GB /S Aplicação: Informática Tamanho: 2.5 POL Modelo: Ssd Características Adicionais: Memória Nand Flash, Trim/Smart, Windows Xp/Vista/7 Interface: Sata Iii	Und	20	R\$ 310,08	R\$ 6.201,60
137	466643	Processador Tipo: Intel, Velocidade Processamento: 3,9 GHZ, Modelo: Core I3, Características Adicionais: 4 Núcleos De Processamento, Socket: Lga1151, Barramento: 3,9 Ghz, Memória Cache: 3MB, Aplicação: Microcomputador, Geração Mínima: 7ª Geração	Und	20	R\$ 552,00	R\$ 11.040,00

138	474794	Processador AMD Ryzen 5 4600G para socket AM4, com 6 núcleos, 12 threads, clock de 3.7GHz a 4.2 GHz, 11MB de cache total, TDP de 65W, litografia de 7nm e vídeo integrado Radeon Graphics de 1900 MHz, ou de desempenho superior.	Und	20	R\$ 723,25	R\$ 14.465,00
139	613342	Abraçadeira Material: Náilon Tipo: Com Ranhuras Comprimento Total: 150 MM Largura: 3,6 MM Aplicação: Fios E Cabos Cor: Branca	Pacote 100 UN	10	R\$ 15,00	R\$ 150,00
140	461526	Isolante Térmico Aspecto Físico: Pasta Aplicação: Processador Características Adicionais: Condutividade Térmica 11 W/Mk	Pote 50 grama	5	R\$ 210,81	R\$ 1.054,05
141	404467	Limpador Contato Elétrico /Eletrônico Aplicação: Limpeza Componentes Apresentação: Spray Características Adicionais: Com Canudo Prolongador, Não Inflamável	Frasco 300 ml	20	R\$ 22,00	R\$ 440,00
142	478928	Microcomputador Memória Ram: Superior A 8 GB Núcleos Por Processador: 6 A 8 Armazenamento Hdd: Sem Disco Hdd GB Armazenamento Ssd: 310 A 500 Monitor: Sem Monitor POL Componentes Adicionais: Com Teclado E Mouse Sistema Operacional: Proprietário Garantia On Site: 36 MESES Gabinete: Compacto	Und	20	R\$ 2.829,80	R\$ 56.596,00
143	472411	Microcomputador Memória Ram: Superior A 8 GB Núcleos Por Processador: 6 A 8 Armazenamento Hdd: 1 TB. Armazenamento Ssd: 310 A 500 Monitor: 21 A 29 POL Componentes Adicionais: Com Teclado E Mouse Sistema Operacional: Proprietário	Und	15	R\$ 3.993,00	R\$ 59.895,00

		Garantia On Site: 12 MESES Gabinete: Torre				
144	609689	Switch Quantidade Portas: 24 UN Tipo Portas: 10/100/1000 Base T, Rj45.4, 4 Ethernet Mini-Gbic Velocidade Porta: 1000 Mbps, 1 /10 Gbps Alimentação: 100 A 240 V Características Adicionais: Com Portas Poe, Alimentação Elétrica Com Chaveamen Aplicação: Conectar Servidores E Equipamentos Em Rede Tipo: Switch Gerenciável	Und	8	R\$ 3.358,69	R\$ 26.869,52
145	479265	Microcomputador Gabinete: Torre , Monitor: 21 A 29 POL, Componentes Adicionais: Com Teclado E Mouse , Núcleos Por Processador: Superior A 8 , Armazenamento Hdd: 1 TB., Garantia On Site: 12 MESES, Armazenamento Ssd: 110 A 300 , Sistema Operacional: Proprietário , Memória Ram: Superior A 8 G	Und	3	R\$ 4.484,50	R\$ 13.453,50
146	446924	Apresentador Multimídia; Projetor Multimídia, Peso: 3,79 Kg, Sistema de Projeção: Tecnologia 3LCD de 3 chips, Resolução Nativa: 1.280 x 800 (WXGA) e Razão de Aspecto 16:10, Brilho em Cores - Saída de Luz Colorida: 3.800 lumens, - ISO 21118, Brilho em Branco - Saída de Luz Branca: 3.800 lumens - IDMS 15.4, Contraste: até 16.000:1, Lâmpada de Longa Duração (até 17.000 horas no Modo Eco), Tamanho da Imagem: 33 a 320 Polegadas, Conexões HDMI, Voltagem Bivolt, Distância Mínima de Projeção: 0,90 M, Máxima: 11 M. Referência de Modelo e Marca: PROJETOR EPSON POWERLITE W49, 3800 LÚMENS, WXGA, HDMI, BIVOLT.	UNIDADE	2	R\$ 6.066,36	R\$ 12.132,72
		Apresentador Multimídia; Apresentador Multimídia, Projetor Multimídia, Peso: 4 Kg, Sistema				

147	480904	de Projeção 3 LCD, Resolução Nativa: 800 X 600 SVGA, Ansi Lumens 3300 ANSI, Contraste 15.000:1, Tamanho da Imagem 23 a 350 Polegadas, Conexões HDMI, Voltagem Bivolt, Distância Mínima de Projeção: 1 M, Máxima: 10 M, Conexões VGA IN (D-SUB): 01, Alto Falante 2W Mono e Acompanha Maleta. Referência: Epson PowerLite S41+	UNIDADE	2	R\$ 4.006,50	R\$ 8.013,00
148	416852	Cabo tipo VGA 20 metros; Cabo para vídeo, Comprimento Mínimo de 20 metros. Conector VGA macho de 15 pinos em uma extremidade e conector VGA macho de 15 pinos na outra extremidade.	UNIDADE	3	R\$ 109,98	R\$ 329,94
149	479549	Cabo tipo HDMI 20 metros ou mais com filtros 1.4 ULTRA HD; Compatibilidade: PCM, DVD AUDIO, DTS-HD MASTER AUDIO; Conectividade: TVS LED E LCD, Monitores digitais, Projetores; Velocidade: alta taxa de transferência atuais 3D Sinal de vídeo: suporta resolução de 576I /P, 1080I/P E 2160I/P; Comprimento 20 Metros ou mais.	Rolo 20 Metro	3	R\$ 234,00	R\$ 702,00
150	447661	Passador de slides wireless com ponteira laser; Apresentador multimídia wireless com ponteira laser integrada, específico para apresentação de slides do microsoft powerpoint. Tipo de Memória: DDR3 SDRAM, Interface do hardware: USB 2.0, Descrição da bateria ou pilha: Alcalina, Duas pilhas AA, Padrão de conexão sem fio: Frequência de rádio de 2.4 GHz, Tecnologia de conexão: Wireless, Tipo de material: Plástico, Distância operacional máxima: 15 Metros, Dimensões do produto 20,32 x 15,75 x 4,83 cm; 100 g. Referência de Modelo e Marca: APRESENTADOR SEM FIO LOGITECH R400)	UNIDADE	3	R\$ 169,81	R\$ 509,43

151	421738	Cabo com conexões XLR macho - P10, comprimento 20 metros, material condutor cobre livre de oxigênio (OFC), antichama, revestimento externo em PVC flexível e resistente, com blindagem de dupla camada para redução de ruído, transmissão de áudio com baixa perda de sinal, conectores metálicos com travamento seguro, cabo resistente ao desgaste e à torção, utilizado para a transmissão de sinal de áudio balanceado ou estéreo.	UNIDADE	3	R\$ 177,50	R\$ 532,50
152	612557	Extensão Elétrica Tipo: Carretel, Comprimento: 30M, Componentes: 5 Tomadas, 2p+T, Seção Nominal: 2,5MM2, Número Pólos: 2p + T, Formação Do Cabo: 3 X 2,5MM2, Referência: Force Line 0181200019, Tensão Nominal: 110/220VCA, Temperatura Operação: 70°, Formato Contato: Padrão Brasileiro, Normas Técnicas: Nbr 14136, Grau Proteção: Ip44, Potência Máxima: 2.200W, Material: Termoplástico Anti-Chama, Corrente Nominal: 10A, Tensão Entrada: 110-127V, Conexões: 1(Uma) Entrada 2p+T E 5 Saídas 2p+T	UNIDADE	10	R\$ 316,98	R\$ 3.169,80
153	435920	Cabo conexão XLR macho - XLR fêmea, capa em PVC 6mm super flexível, com baixa impedância, dupla blindagem, com fita de poliéster aluminizada, antichama, condutor em cobre 24AWG 0,20 mm² 100% eletrolítico, com malha trançada com fios de cobre estanhado, conector em metal profissional (plug com escudo de galvanoplastia de liga de zinco), pinos banhados a ouro, comprimento 20 metros, balanceado (minimiza a interferência externa).	Und	5	R\$ 209,19	R\$ 1.045,95
					R\$ 38.406,19	R\$ 447.964,35

1.2. Durante a análise dos Documentos de Formalização de Demanda (DFD), foram identificadas oportunidades de otimização no processo de especificação dos itens requisitados.

1.2.1. Constatou-se que a especificação dos itens 26, 27, 28, 29, 30, 78, 101, 116, 117, 119, 123, 125, 130, 133, 137, 138, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 151 e 153 não apresenta compatibilidade com nenhum código registrado no Catálogo de Materiais disponível no site compras.gov.br.

1.2.2. Dessa forma, o código utilizado nesse processo tem a única finalidade de viabilizar o lançamento no sistema e permitir o prosseguimento da licitação, não representando uma vinculação exata ao Catálogo de Materiais.

1.2.3. Adicionalmente, caso haja divergência entre a descrição dos itens disponíveis no Comprasnet e aquelas contidas no Termo de Referência, prevalecerão as especificações estabelecidas no Termo de Referência. Portanto, as marcas e modelos cotados deverão obrigatoriamente atender aos requisitos descritos nesse documento.

1.2.4. Essa análise visa garantir a adequação do processo de aquisição, assegurando que os materiais adquiridos sejam compatíveis com as necessidades institucionais e cumpram os requisitos técnicos estabelecidos.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto no 10.818, de 27 de setembro de 2021

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado da assinatura do Contrato ou data expressa no instrumento contratual, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Para que seja realizada a contratação objeto deste estudo, devemos considerar alguns requisitos indispensáveis:

4.1.1 Os materiais de consumo devem atender aos padrões de qualidade exigidos pela Administração e pelos órgãos reguladores com a verificação da resistência, durabilidade, não tóxicos e não inflamáveis, por exemplo.

Sustentabilidade:

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

4.2.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.2.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.2.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substance), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (Vi)), cádmio (Cd) bifenil- polibromados (PBBs), éteres difenil- polibromados (PBDEs).

4.3. Verificar detalhadamente os materiais solicitados, verificando as especificações, quantidade, entre outros;

4.4. Fornecer materiais de qualidade para garantir um resultado final satisfatório;

4.5. Cumprir com os prazos de entrega do material, a fim de garantir que esteja disponível no momento em que for necessário;

4.6. Oferecer suporte técnico para orientar na escolha e aplicação dos materiais. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei no 14.133, de 2021):

4.7. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas ou modelos, apenas pode apresentar marcas ou modelos como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.8. Na presente contratação não será vedada nenhuma marca/produto desde que atenda as especificações e condições deste termo de referência.

Subcontratação

4.9. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei no 14.133, de 2021 , pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias , contados do envio do empenho para a empresa vencedora, em remessa única da quantidade solicitada no empenho, no seguinte endereço: Portão Sul do 7º Batalhão de Infantaria Blindado, localizado na Rua Paul Harris, próximo à Ponte Seca, durante o horário de expediente da OM (segunda-feira – quinta-feira das 08:00 às 12:00 e das 13:15 às 17:45, sexta-feira 08:00 às 12:00), em Santa Cruz do Sul – RS).

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 7 (sete) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Garantia dos materiais

5.6. Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à oferta de reposição do produto, ainda que cessada a sua fabricação ou importação;

5.7. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas;

5.8. A garantia prevista para o objeto diz respeito à solução de problemas no que tange as embalagens, bem com todo e qualquer defeito de fabricação apresentado e terá início da data de recebimento definitivo, sem ônus adicional para a contratante;

5.9. Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito por correio eletrônico, por telefone e ou pelos correios postais nacionais, obrigando-se a empresa Contratada atendê-la no prazo Máximo de 48 (quarenta e oito) horas e, caso tenha que substituir o produto, deverá trocá-los por outro de igual especificação em até 72 (setenta e duas) horas, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições contratuais.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei no 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei no 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei no 14.133, de 2021, art. 117, §1o , e Decreto no 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto no 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto no 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto no 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei no 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto no 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação, quando o atraso tornar a execução da prestação inútil à Administração.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

- 7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **XX (xxxxx)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1. o prazo de validade;
 - 8.12.2. a data da emissão;
 - 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5. o valor a pagar; e
 - 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/04/2026 .

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16] , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice *IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO] OU [MAIOR DESCONTO].

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral/parcelado.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4] [A5]

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira[A10]

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de 10% [até 10%] do *valor total estimado da contratação*.

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Disposições gerais sobre habilitação

9.28. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.29. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.30. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.31. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.32. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 447.964,35 (quatrocentos e quarenta e sete mil, novecentos e sessenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela da definição do objeto.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A dotação da contratação constará no Contrato.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

13.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

13.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

13.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

13.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

13.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de

obrigações pelo Contratado;

13.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

13.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.2. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.2.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

13.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

13.2.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.2.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

13.2.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

13.2.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

13.2.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

13.2.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

13.2.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

13.2.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.2.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.2.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

13.2.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

13.2.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

13.2.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

13.2.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei no 14.133, de 2021;

13.2.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.3. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei no 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.6. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

DOS CASOS OMISSOS

13.7. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei no 14.133, de 2021, e demais normas federais

aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei no 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

ALTERAÇÕES

- 13.8. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei no 14.133, de 2021.
- 13.9 O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 13.10 s supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]
- 13.11 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 13.12 Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei no 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Nr 90025/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Santa Cruz do Sul- RS, 09 de junho de 2026 .

JOSÉ REINALDO SANTOS JÚNIOR - Ordenador de Despesas do 7º BIB

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE REINALDO SANTOS JUNIOR

Autoridade competente

FILIPE TASCHETTO COLETTTO

Membro da equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 09/06/2026 às 10:01:13.

MATEUS ANTUNES STROTHMANN

Membro da equipe de planejamento